



Rel. Luís St. J. J. J.

----- ACTA Nº 02/2016 -----

----- SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,
REALIZADA NO DIA VINTE DE ABRIL DO ANO DOIS MIL E
DEZASSEIS: -----

----- Aos vinte dias do mês de Abril do ano de dois mil e dezasseis, pelas
vinte e uma horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu, em sessão
ordinária, a Assembleia Municipal, para discutir os assuntos constantes da
convocatória número dois/dois mil e dezasseis.-----

----- A Mesa foi constituída por: -----

Presidente – José Manuel Gonçalves Bastos.-----

Primeiro Secretário – Lia Manuela de Sousa Torres. -----

Segundo Secretário – Maria Luísa Alves Carneiro Tojal.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa declarou aberta a sessão. Feita a
chamada verificou-se a **presença de dezoito** Deputados sendo eles: José
Manuel Gonçalves Bastos, José Carneiro de Oliveira Neto, Maria da
Conceição Marques Nunes, Lia Manuela de Sousa Torres que substituiu
Manuel Lino Leão Moreira Machado, Manuel Carlos Neto Salgado, Paula
Cristina Pereira Gonçalves e Álvaro, Luís Miguel Pereira Carneiro que
substituiu José Luís Ribeiro Gomes da Costa, Abílio Ferreira da Costa
Fernandes, Maria Luísa Alves Carneiro Tojal, Luís Miguel dos Santos
Martins, Marta Raquel Alves Sousa que substituiu José Maria Gomes Matos,
José Carlos da Costa Souto, Serafim Dias Leal, Artur Alexandre Soares da
Costa, António Duarte Dias de Carvalho, Carlos Alberto Silva Coelho, José
Manuel Ferreira que substituiu Joaquim Machado dos Santos e Rui Filipe



H. Brito
J. P.

Coelho Barbosa e a **ausência** de Adelino Ricardo Martins Pereira, Carla Susana Martins de Moura, Miguel João Coelho da Costa, João Viriato Nogueira de Moura Vasconcelos, Susana de Jesus de Matos Gomes, Ângelo de Jesus Ribeiro Barbosa, Sérgio Amândio Pereira Valente Ferreira, Sandra Maria Ferreira de Brito, David Taipa Coelho, António José Fernandez Fernandez, Armandina Eduarda Ferreira Santos Loureiro, Ernesto Ferreira Lopes, António Filipe Bessa Marques, Luís Nunes da Silva e Armanda Isabel Pinto Taipa Pereira Fernandez, -----

----- Na bancada da Câmara Municipal marcaram presença o seu Presidente Humberto Brito, e os Vereadores António Marques Pereira que substituiu Pedro Pinto, António Coelho. -----

Os deputados ausentes apresentaram as respetivas justificações. A Assembleia Municipal considerou as faltas justificadas.-----



*Al. Reis-T
Jau*

---- PERÍODO DE INTERVENÇÃO RESERVADO AO PÚBLICO ----

----- O Senhor **Presidente da Mesa** deu por aberto o período de intervenção reservado ao público. Interveio o Senhor **José Augusto Brandão**, da freguesia de Carvalhosa para colocar duas questões ao Senhor Presidente da Câmara. A primeira prendia-se com o facto de saber para quando a sinalização da Rua das Barreiras. Enquanto a segunda era dirigida ao Veterinário Municipal, nomeadamente sobre quais as suas funções. -----

----- De seguida interveio o Professor **José Neto**, da freguesia de Meixomil, para justificar a sua ausência do país nas Assembleias Municipais de 25 e 28, próximo. Aproveitou a sua intervenção para lembrar a importância do 25 de abril. E agradeceu, como cidadão, à autarquia representada pelo Senhor Presidente da Câmara pelas jornadas que foram realizadas, tendo ainda agradecido o apoio e a presença, com especial destaque para os estagiários, no evento. De seguida apelou à Câmara Municipal para continuar a apoiar as associações. Tendo terminado a sua intervenção com um agradecimento ao Presidente da Junta de Meixomil e todas aqueles que estiveram presentes no lançamento do seu livro.-----

----- O Senhor **Presidente da Câmara** prestou os esclarecimentos necessários e agradeceu as palavras do Professor José Neto. -----



Handwritten signature: N. Nunes

----- ORDEM DE TRABALHOS -----

----- Antes de se iniciar a ordem de trabalhos a deputada **Conceição Nunes**, solicitou ao Senhor Presidente da Mesa que se fizesse um minuto de silêncio e que constasse em ata um voto de pesar pela morte do autarca, José Maria Taipa. Tendo o mesmo sido concedido pelo Senhor Presidente.-----

----- Seguiu-se um minuto de silêncio. -----

----- De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu início aos trabalhos:---

----- O deputado Miguel Martins para afirmar que *“O PSD considera que os assuntos mais importantes do concelho, sobretudo os mais importantes, devem ser objeto de um debate político para que as soluções a encontrar ou as decisões a tomar sejam, sempre, as melhores para o concelho e para os seus cidadãos.* -----

Assim, o PSD considera que as Juntas de Freguesia têm um papel determinante no desenvolvimento equilibrado e equitativo do concelho e para que isso aconteça deve existir uma predisposição da Câmara Municipal em pelo menos estabelecer uma relação institucional aberta, franca e de trabalho, com as freguesias. -----

As competências de cada uma das autarquias nem sempre estão bem definidas, mas é inequívoco que o novo Regime Jurídico das Autarquias Locais vem defender a concretização da descentralização administrativa que visa: A Aproximação das decisões aos cidadãos; A promoção da coesão territorial; O reforço da solidariedade inter-regional; A melhoria da qualidade dos serviços prestados e a racionalização dos recursos disponíveis. -----



Deis.T.

A Lei vai ao ponto de considerar que a delegação de competências deve acontecer em todos os domínios dos interesses próprios das populações da freguesia.-----

É dentro deste espírito de aproximação das decisões aos cidadãos, da coesão territorial e da melhoria da prestação dos serviços e da racionalização dos recursos disponíveis do concelho que pretendemos promover este debate político de forma construtiva e com utilidade para o desenvolvimento do concelho. -----

Para o PSD é inequívoco que a Juntas de Freguesia, estão, cada vez mais, melhor posicionadas e preparadas para executarem um conjunto de competências e tarefas que se traduzem na maior eficácia, eficiência e celeridade na resposta aos problemas das pessoas. -----

A proposta que o PSD trás, a esta reunião extraordinária vai no sentido de procurarmos materializar todo este conjunto de princípios e objetivos que, estou certo são comungados por todos os presentes. -----

Assim, Considerando que: -----

a) O Partido Social Democrata considera que as Juntas de Freguesia são o órgão de administração local mais próximo das populações e dos cidadãos;

Considerando -----

b) Que as Juntas de Freguesia do Concelho de Paços de Ferreira são autarquias bem preparadas para responder, quer aos problemas do dia-a-dia, quer aos desafios de desenvolvimento das populações, tanto em infraestruturas como em desenvolvimento social; -----

Considerando que: -----



Moisés T. Pereira

c) O Concelho de Paços de Ferreira tem tradição de boas práticas na execução de competências do Município pelas Juntas de Freguesia, através de delegações de competências e que muito tem contribuído para uma administração equitativa e harmoniosa do território e para a sua coesão; --
Considerando que: -----

d) Os Senhores Vereadores do Partido Social Democrata, em 15 de Janeiro de 2014, no âmbito do exercício do direito de oposição, defenderam e propuseram, no âmbito da Administração Autárquica o seguinte: -----

- A Câmara Municipal deverá apresentar um plano de colaboração com as Juntas de Freguesia que permita assegurar uma gestão equitativa do território do concelho. Para a concretização desta medida mostra-se necessário estabelecer um cronograma de pagamentos dos compromissos financeiros que a câmara tem para com as juntas"; -----

Considerando que: -----

e) Os Senhores Presidentes de Junta, na Assembleia Municipal de 23 de Fevereiro de 2015, subscreveram unanimemente e a uma só voz, uma Declaração de Voto sobre a proposta de "Acordo de Execução de delegação de competências na Junta de Freguesia de Freamunde " em que manifestavam satisfação pela oportunidade dada à Freguesia de Freamunde e alertavam e sensibilizavam o Executivo Camarário para o esforço que as Juntas de Freguesia têm vindo a fazer, substituindo-se à Câmara Municipal, nas atividades da sua exclusiva responsabilidade, sem qualquer transferência de meios, nomeadamente humanos, financeiros e patrimoniais, apelando ainda a que houvesse uma valorização da diferenciação das particularidades de cada freguesia; -----



Handwritten signature and initials.

Propõe-se que a Exma. Câmara Municipal estabeleça com as Juntas de Freguesia um Plano de Colaboração, dentro do princípio da igualdade e não discriminação, onde sejam elaborados Acordos de Execução que alcancem os seguintes objetivos: -----

1. A transferência de meios financeiros e patrimoniais necessários e suficientes ao exercício de todas ou algumas das competências previstas nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 132º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro. Os meios financeiros não devem ser inferiores 50% do FFF atribuído a cada Freguesia. -----

2. A Transferência de meios financeiros que permitam às Juntas de Freguesia compartilhar as despesas e encargos com os transportes escolares para as crianças do primeiro ciclo; -----

3. A Transferência de meios financeiros e necessários à qualificação e beneficiação da rede viária dos territórios de cada freguesia, de acordo com um plano de qualificação viária municipal. Este plano deverá ser realizado no prazo de 3 meses, em articulação com as Juntas de Freguesia, de forma a estabelecer um cronograma de prioridades compatível com os recursos financeiros do município e sempre na observância pelos princípios plasmados nos artigos 115º e 121º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, do qual se destacam: O aumento da eficiência da gestão dos recursos, pelas Juntas de Freguesia e os ganhos de eficiência do exercício das competências. -----

4. Propõe-se ainda que seja elaborado um cronograma de transferência das verbas que o Município tem em atraso para com as Juntas de Freguesia.”



Handwritten signature: M. Costa

----- De seguida tomou a palavra **Alexandre Costa** Presidente da Junta de Freguesia de Paços de Ferreira: *“Em 2013, quando apresentei a minha candidatura assumi, desde logo, um compromisso com a Freguesia de Paços de Ferreira e com os pacenses. À altura, pensava do mesmo modo que penso hoje, de que todos nós – cidadãos - que beneficiamos da vivência em comunidade, devemos em algum período das nossas vidas dedicar algum do nosso tempo a essa mesma vivência. Fruto da experiência e conhecimento que vamos adquirindo ao longo do nosso percurso enquanto seres humanos, devemos num determinado momento partilhá-lo e fazer com que a comunidade saia beneficiada com essa nossa partilha. -----*

Contudo, não podemos transportar esta responsabilidade de dar algo mais à comunidade onde vivemos, se nela estiver um sentimento menos bom ou um fim menos claro. Este contributo tem de ser espontâneo, livre e com partilha e deve SEMPRE vir acrescentar algo mais à nossa população. -----

Enquanto Presidente de Junta, tenho-o feito, junto dos pacenses, das nossas associações desportivas/culturais/e outras, das nossas paróquias, dos Bombeiros, das associações de pais, enfim... envolvendo-me na vida autárquica com espírito de compromisso que em 2013 assumi, em conjunto com a minha equipa perante todos os pacenses. -----

Já havia sido assim a minha passagem pelo movimento associativo na freguesia, na comissão de festas, e nas demais tarefas em que me envolvi por esta minha freguesia. Tenho por esta terra uma enorme estima, e só mesmo essa estima me faz abdicar de compromissos pessoais e/ou profissionais para estar presente em defesa daquilo em que acredito e, fundamentalmente,



Handwritten signature: Luís T. F. F. F.

em defesa daquilo em que creio poder contribuir para que tenhamos uma freguesia melhor, mais bonita, mais jovem e moderna, onde dê gosto viver. É este sentimento que carrego, que aliás – todos devemos carregar – quando nos colocamos perante um novo desafio, que nos faz lutar dia após dia por esta mesma freguesia melhor e mais dinâmica. Quando estamos perante um novo desafio, trazemos a mente repleta de ideias, os braços cheios de força e uma vontade indescritível de fazer, dinamizar, promover, ajudar e resolver em prol de uma vida a cada dia melhor. Essa força, eu e a minha equipa, carregámo-la desde a primeira hora. -----

Olhando para o trabalho que temos realizado, sem o adjetivar - pois não nos cabe a nós (agentes políticos) essa avaliação mas sim à população fazê-lo – apraz-me dizer que esse mesmo trabalho, a Junta de Freguesia que lidero quase que duplicou o nº de atividades e intervenções na relação entre os anos de 2014 e 2015, respetivamente. -----

Desde as intervenções e arranjos da mais diversa índole, a recuperação/reabilitação do nosso património, as várias atividades culturais e de lazer, entre tantas outras ações desenvolvidas. -----

Todo este trabalho é pouco, pois as ideias e as vontades que transportamos são bem maiores. -----

Somos obrigados, desde 2013, a abdicar de verbas que são destinadas a outro fim, para conseguir manter a nossa freguesia asseada e ir respondendo às solicitações de manutenção que recorrentemente nos vão chegando através dos cidadãos. -----



10
Pedro Luís T.
[Signature]

Nestas mesmas ações que diariamente vamos realizando, existe em muitas delas uma coisa em comum: estas ações, deveriam ser realizadas ou apoiadas pela autarquia. INFELIZMENTE ISSO NÃO ACONTECE! -----

Queremos fazer mais, queremos continuar, queremos aplicar as nossas ideias, mas isso neste momento não é possível. -----

Como já referi anteriormente ao Sr. Presidente, Dr. Humberto de Brito, e agora passo a relembrar: -----

Na Lei nº 22/2012 – Sobre a reorganização administrativa territorial autárquica são traçados novos objetivos para as freguesias: -----

1 - Alargamento das atribuições e competências das Juntas de Freguesia, criando ganhos de escala e eficiência; -----

2 - Aprofundamento da capacidade de intervenção das Juntas de Freguesia;

3 - Melhoria e desenvolvimento dos serviços públicos de proximidade prestados pelas Juntas de Freguesia às populações; -----

Do mesmo modo, na Lei nº 75/2013, que hoje abordámos, foram criadas normativas para concretizar estes objetivos, nomeadamente através dos contratos de delegação de competências e acordos de execução nas Juntas de Freguesia. -----

Não existindo estas delegações o objetivo do legislador presente na lei é ignorado, pois a descentralização administrativa que visa a aproximação das decisões aos cidadãos, e simultaneamente, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações não são atingidos. E aqui são as populações que estamos a ignorar. -----

Contudo, mesmo sem estas delegações, que já vão sendo celebradas desde 2013 em todo o país, salvaguardo que o compromisso mínimo que



Alf. Luis St.
Ferreira

assumimos com a população irá ser concretizado, ficando o ónus de não se fazer mais do lado da autarquia. Sinceramente, acredito, como sempre acreditei na minha vida pessoal e profissional, que delegar, partilhar e cooperar é sinónimo de uma saudável liderança. Continuaremos a cooperar com todas as instituições, como o fizemos até aqui. -----

Entretanto, deixo aqui três transcrições de algumas personalidades sobre o tema que hoje aqui analisámos: -----

1 - "Abrimos um novo ciclo entre a Câmara e as Freguesias do concelho. Este passo de maior descentralização permite racionalizar e gerir muito melhor os poucos recursos públicos existentes através de uma gestão de maior proximidade" -----

2 - "Os presidentes das Juntas estão mais perto dos fregueses e avaliam mais facilmente as necessidades urgentes. Desta forma é mais fácil corresponder a todos de forma gradual na resolução dos problemas" -----

3 - «Delegação de competências nas juntas permite uma melhor eficiência na gestão e melhor aproveitamento dos dinheiros públicos, além de permitir uma gestão de proximidade como sempre defendi, para a prossecução dos interesses e a resolução dos problemas das populações, que constituem o cerne e a essência do poder local democrático» -----

Infelizmente, estas não são palavras proferidas em Paços de Ferreira, mas sim palavras dos Presidentes da Câmara Municipal de Valongo, Felgueiras e do Marco de Canavezes, respetivamente. -----

Questiono-me: Estaremos nós – Presidentes de Junta – tão afastados da razão no nosso concelho? Sinceramente, como são exemplo as palavras destes autarcas, acredito que não! -----



Handwritten signature and initials.

Em suma, e para que percebam, eu enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Paços de Ferreira, não estou aqui hoje para revindicar os serviços mínimos, não estou aqui apenas para resolver a problemática dos quilómetros de estrada versus pagamento de bermas, não estou aqui para ver quem chega primeiro as oficinas e leva a maior carga de alcatrão. ----- Isso já todos sabemos que são responsabilidades da Câmara Municipal, mas na verdade, são as Juntas de Freguesia que, sem recursos, faz em vez da autarquia sem receber nada para executar esse serviço. ----- Enfim, estamos aqui hoje porque queremos fazer obra - fazer obras que podem e devem ser delegadas - porque conseguimos fazer mais rápido, porque conseguimos fazer mais barato, porque se consegue ter um nível de intervenção mais intenso e alargado por todo o concelho. Porque as populações querem, porque fomos eleitos também para isso. ----- Sr. Presidente, não continue a colocar o seu Ilustre presidente de junta de mão estendida!" -----

*----- De seguida tomou a palavra **António Carvalho**, Presidente da Junta de Freguesia de Penamajor: "Exmº Senhor Presidente de Câmara, na qualidade de fiel depositário da confiança da população de Penamajor e por isso mesmo responsável pela defesa nesta assembleia da minha freguesia, porque sem duvida nenhuma os Presidentes de Junta de freguesia são elementos fundamentais na construção das suas freguesias e na consolidação do desenvolvimento das mesmas. ----- Dado o enquadramento, vou deixar algumas notas que considero importantes para a função que desempenho na minha freguesia. -----*



Moisés T.
[Signature]

Sendo o meu 2º mandato não consigo perceber a atitude deste executivo na redução em 90% face ao anterior mandato de verbas recebidas, sendo caso para dizer Senhor Presidente se o estado lhe reduzisse a mesma percentagem o que é que Senhor fazia? -----

Gostava também que o Senhor Presidente me informasse o que é que esta planeado para resolver o problema do campo de futebol de Penamaior, que como sabe foi vendido ao Ikea pela Câmara Municipal e que a mesma se comprometeu a fazer um novo, tendo na altura o anterior executivo destinado um terreno para esse fim, mas com a insolvência da PFR, voltou-se à estaca zero, e, entretanto, perdeu-se a oportunidade para recorrer a fundos comunitários para a construção de um novo. -----

Por isso faço aqui um apelo para que em parceria com a Junta de Freguesia, se comece a negociar terrenos para o efeito c/ tempo, pois certamente que se fará melhor negócio. -----

Relativamente ao cemitério, continuo a aguardar pela ajuda prometida desde o início do mandato por esse executivo, pois após a tomada de posse do mesmo nunca mais recebi qualquer verba para o efeito, pois é de lamentar que tenha de ser a Junta a suportar a maioria dos custos dessa obra de alargamento, que tinha que ser feito pois já não havia mais espaço na parte antiga. Apenas queremos um tratamento igual às outras freguesias. Lamento ainda o facto do protocolo da Feira do Cô, ter sido incluído na mesma proposta da delegação de competências de limpeza de bermas, só para baralhar e confundir a situação, pois o mesmo já perca por tardio. ---
Apelo ainda ao Sr. Presidente de Camara que delegue as obras solicitadas por ofício, das quais a Câmara ainda não teve meios para resolver nem



João T.
Ker

responder, nomeadamente águas pluviais, colocação de postes para nova iluminação pública, passeadeiras (continuo aguardar em frente ao Centro Escolar frequentado por muitas crianças, e pedida várias vezes), pequenas requalificações e alargamento de vias, ou será que as pessoas irão ter estes problemas por vários anos, pois como sabe está mais que provado que as parcerias com as Juntas dão bom resultado, como por exemplo a limpeza dos montes do pilar para o mundial de trial, que sendo a mesma feita por funcionários da Câmara e da Junta ficou por valor do pedido por uma empresa para o efeito. -----

Termino dizendo que é com agrado que recebi hoje um telefonema da Câmara Municipal, a dizer que tinham alcatrão, penso estou convencido que são sinais, agora sim a da tão anunciada mudança.”. -----

*----- De seguida tomou a palavra a deputada **Paula Gonçalves** para dizer que perante a temática que está a ser debatida que considera de extrema importância, uma vez que através do testemunho dos senhores Presidentes de Junta apercebe-se das dificuldades que têm sentido para cumprir os seus objetivos, questiona o porquê da ausência dos Senhores Vereadores e deputados do Partido Socialista. -----*

*----- O **Senhor Presidente da Mesa** perante a intervenção da deputada Paulo Gonçalves dá nota que recebeu um Email do Líder da Bancada do Partido Socialista, Ricardo Pereira, onde justifica a ausência dos deputados do Partido Socialista, tendo de seguida passado à leitura do referido Email.-*

*----- De seguida tomou a palavra o Presidente da Junta de Penamaior **António Carvalho** para na qualidade de representante e defensor da sua freguesia, considera que as Juntas de Freguesia são fundamentais para o*



Handwritten signature and initials.

desenvolvimento das mesmas. De seguida questionou o Presidente da Câmara sobre o porquê da redução das verbas transferidas para as Juntas de Freguesia e, apelou para que fosse criada uma parceria entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal para encontrar um espaço onde possa ser construído um campo de futebol. -----

----- De seguida tomou a palavra a deputada **Conceição Nunes** para lamentar a ausência dos deputados da bancada do Partido Socialista, principalmente porque um dos argumentos apresentados foram não onerar o erário público com as senhas de presença, pelo que questiona – Quanto vale para o Partido Socialista a democracia? -----

----- De seguida tomou a palavra O Senhor **Presidente da Câmara** “*Em outubro de 2013 para o Município de Paços de Ferreira o voto popular e democrático determinou, nas eleições para os seus órgãos – Câmara Municipal e Assembleia Municipal -, que a gestão no mandato 2013-2017 passasse a ser, face ao programa que os partidos políticos apresentaram aos eleitores, efetuada pelos eleitos do Partido Socialista.* -----

Ou seja, o povo “fartou-se”! Após 37 anos de gestão do PSD. E porquê?! Como o povo tem sempre razão, é caso para os eleitos pelo PSD se questionarem sobre isso. -----

Para a Assembleia Municipal, não obstante a lista do PS ter sido a mais votada, determinou que a maioria que a compõe esteja afeta a eleitos do PSD. -----

Aos órgãos municipais – Câmara Municipal e Assembleia Municipal - nos termos da lei, cabe-lhes exercer as respetivas competências. -----



16
Assembleia Municipal
Paços de Ferreira

Adrius J.
Paul

À Assembleia Municipal as constantes do art.º 25.º do RJAL (Lei n.º 75/2013, de 12/9) sob a epígrafe “ competências de apreciação e fiscalização” do art.º 53º da LAL (Lei n.º 169/99, de 18/9). -----

Assim, se é certo que à Assembleia Municipal lhe compete fiscalizar toda a atividade da Câmara Municipal, bem como também é certo que lhe compete pronunciar-se e deliberar sobre todos os assuntos que visem a prossecução das atribuições do Município (art.º 25.º n.º2 alínea K) do RJAL), a proposta e ponto único desta Assembleia Municipal – RECOMENDAÇÃO- extravasa essas competências. -----

Extravasa as suas competências porquanto, enquanto órgão executivo, a Câmara Municipal, na sua gestão, está para cumprir o seu programa, que não é aquele que foi rejeitado pelos eleitores. Antes pelo contrário, compete à Câmara Municipal apreciar os conselhos ou recomendações que lhe sejam apresentados em respeito pelo princípio da legalidade, da separação de poderes, princípios estruturantes de um ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO! -----

Hoje, ao fim de quase 40 anos, temos pela primeira vez uma sessão da Assembleia Municipal Extraordinária convocada para debater um assunto que, como disse, extravasa a competência da mesma, sendo-lhe conferida inclusive um “grau de urgência” por parte dos membros da Assembleia Municipal que a requereram. -----

Estamos, pois, perante uma Assembleia Extraordinária convocada como se de calamidade concelhia se tratasse. O assunto é, aparentemente, tão premente que não podia ser agendado para sessão ordinária, olvidando os



Handwritten signature and initials.

custos financeiros da mesma a este Município tão depauperado financeiramente após 37 anos de gestão PSD. -----

Mas não analisemos o proposto para ser votado como recomendação, sem antes do mais esclarecer o seguinte: -----

Como Presidente da Câmara Municipal foi-me outorgado o mandato de fazer o papel de formiga, ao invés do papel de cigarra que outros desempenharam com a conivência dos membros que compuseram esta Assembleia Municipal, no passado, e muitos deles ainda presentes nesta sessão. -----

Se tivessem um “pingo” de pudor, não ousariam subscrever a proposta em apreciação. -----

É caso para perguntar: além de validarem gestões ruinosas, não sabem propor mais nada, que não seja o continuar e propor que esse tipo de gestão se mantenha?! -----

Pelos vistos, sim. -----

Vejamos, pois, o proposto demagogicamente, sustentado em considerandos que mais não relevam hipocrisia, com preocupações antes, no concreto, manifestadas. -----

O ponto 1. Recomenda-se o que é imposto legalmente, dado o legislador considerar que essas competências se consideram delegadas, não se sabendo o porquê da proposta apresentada apenas se referir às previstas nas alíneas a) e b) do art.º 132º. do RJAL e, mesmo nesse caso, “a todas ou algumas”; -----



18
João Luís
Ferreira

“Decide-se” e recomenda-se, não se sabe com que critério e com base em que estudos, que os meios financeiros, além de outros como legalmente se impõe, “não devem ser inferiores a 50% do FEF de cada freguesia”; -----

Ora, de acordo com a lei e com as suas imposições, no que se refere aos acordos de execução, estes devem ser discutidos e preparados pelas juntas de freguesia com a câmara municipal (cfr. art.º 16º. nº. 1 alínea i) do RJAL). Não pode, pois, ser matéria desta Assembleia Municipal, aliás tarefa que já foi por mim desenvolvida com os Senhores Presidentes das Juntas, atento os meios financeiros disponíveis para o efeito - e tendo em consideração o previsto no orçamento municipal, aqui aprovado. -----

Se o montante nele previsto é pouco, ou em si mesmo insuficiente para o efeito – o exercício dessas competências – também nós o podemos considerar como tal. -----

No entanto, apenas podemos acordar com as juntas de freguesias aquilo que cumpriremos e com aquilo que podemos, face ao estado calamitoso das nossas finanças. -----

Fazemo-lo com base num contrato, um acordo de vontades e assunção recíproca de compromissos, tendo por base os princípios da colaboração, da confiança, da partilha que, de entre outros princípios, sustentam a boa gestão das causas públicas. -----

Por outro lado, como é sabido, os acordos de execução só serão efetivados caso as Juntas de Freguesia e respetivas Assembleias de Freguesia os validem, ou seja, não são impostos pela Câmara Municipal. -----



Advis = t.
Hull

Assim competirá a esses órgãos aceitarem ou não essa transferência de competências, em respeito pela separação de poderes e legitimidade democrática dos órgãos eleitos. -----

Caso não as aceitem, a Câmara Municipal desempenhará essas competências, em respeito pelo princípio da prossecução do interesse público e que em última instância tem por objetivo promover a qualidade de vida dos nossos cidadãos, independentemente do ponto geográfico no nosso concelho. -----

Por último informo esta Assembleia Municipal que esta matéria foi objeto de reunião da Câmara Municipal, ocorrida na última segunda-feira, dia 18, com proposta de pedido de autorização a esta Câmara para celebrar acordos de execução, previamente negociados com os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia e com o consenso maioritário deles, e que teve, atente-se, a abstenção dos vereadores do PSD. -----

Afinal em que ficamos?! -----

Qual é, afinal, a posição do PSD nesta matéria?! -----

Definam-se! -----

Em síntese: -----

A esta Assembleia Municipal, em sede de apreciação, compete-lhe apenas autorizar a Câmara Municipal a celebrar este tipo de acordos de execução, bem como, uma vez outorgados, em sede de fiscalização, apreciar a sua execução. -----

Nunca, em algum momento, propor ou recomendar. -----

Relativamente ao ponto 2. e 3. devo dizer o seguinte: -----



Handwritten signature and initials, including "Muis.7." and "Jep".

O executivo a que presido esteve, está e estará sempre disponível ao diálogo com as Juntas de Freguesia, designadamente no ponderar a celebração de contratos de delegação de competências nas matérias em causa, desde que fique cumulativamente demonstrado que: -----

a) As Juntas de Freguesia querem exercer essas competências; -----

b) E que da delegação decorrem ganhos de eficiência e eficácia, tal como estipula a lei. -----

O que não se pode, nem deve, é inverter-se o curso das coisas, impor-se o que se não pode impor, ou alijar responsabilidades para as Juntas de Freguesia. -----

Quanto à recomendação prevista no ponto 3 – a existência de um plano, que já existe, para a manutenção e conservação de mais de 500 Km de estradas do concelho (sendo certo que parte delas foram municipalizadas a troco de verbas que não foram consignadas para o efeito, mas já gastas noutros fins) é uma tentativa gratuita de manifesta ingerência por parte desta Assembleia Municipal na gestão do executivo, que rejeitamos e repudiamos. -----

O ponto 4. Haja vergonha dos proponentes e do PSD, que depois de deixarem este município em rutura financeira e nos cofres desta Câmara, quando passamos a gerir a Câmara Municipal, passe a expressão, havia apenas “moedas de cor castanha”. -----

Uma rutura financeira sempre alertada pelos eleitos do PS, tanto no executivo como nesta Assembleia, mas nunca antes assumida pela Câmara Municipal e por esta Assembleia Municipal, a quem competia declará-la, nos termos da anterior Lei das Finanças Locais. -----



Handwritten signature and mark.

Handwritten signature.

Uma situação só agora legalmente declarada com a nova Lei das Finanças Locais. -----

E este é o tempo de aferir as consequências, de tal modo graves para todos os munícipes deste concelho, nomeadamente, a obrigação de adesão ao FAM e a elaboração de um PAM atrofizador do desenvolvimento do concelho. -----

É ridículo que venham “à pressa” exigir a este executivo que cumpra de imediato, calendarizando, o não cumprido e contratualizado pelos meus antecessores. -----

Repito: haja vergonha! -----

O que eu esperava desta Assembleia Municipal, isso sim, era um voto de louvor a este executivo, pela diminuição drástica da dívida, pela posição assumida no caso da PFR INVEST, em sentido contrário aos membros do executivo do PSD que queriam internalizar a dívida dessa entidade na Câmara Municipal; -----

Ou pelo entendimento com as Águas de Paços de Ferreira no sentido de não sermos mais penalizados por uma concessão, cujo contrato é em si mesmo ruinoso e do qual derivou, pasme-se, volvidos apenas dois anos da sua vigência, um reequilíbrio financeiro de mais de cinco Milhões de Euros a ser custeado pela câmara municipal. -----

E como sabem, fomos confrontados, atualmente, com um pedido de reequilíbrio de mais de 100 milhões de euros por parte da concessionária. E não se diga, demagogicamente, que o mesmo obteve os votos favoráveis do PS. -----



10.11.77
J. Silva

O que os Vereadores do PS e os membros do PS nesta Assembleia aprovaram foi somente e, apenas, que existisse água e saneamento em todo o concelho, para que não houvesse freguesias de primeira ou de segunda categoria. -----

Ao contrário do anterior executivo que alegando ter estudos que demonstravam alegadamente que não eram ruinosos, a realidade com que fomos confrontados comprovou que Paços de Ferreira tinha a água mais cara do país e não acessível a todos. -----

O PSD mentiu continuamente ao povo deste concelho, promoveu a perda da credibilidade do nosso Município, arrasou o bom nome do nosso Município perante instituições e fornecedores. -----

Como se não bastasse, entretém-se agora a manifestar preocupações pelo que não os devia preocupar, ao invés de ajudar este executivo a solucionar os problemas que criaram. -----

Como foi o caso da não aprovação da alteração dos estatutos sociais da Gespaços, não importando ao PSD o bem-estar das populações, mas apenas o regresso ao poder, para de uma vez por todas fazerem implodir financeiramente este município. -----

Está na hora do PSD arrepiar caminho, deixando de pensar exclusivamente em si e no regresso ao poder para começar a pensar nas pessoas. -----

Saudações Democráticas” -----

----- De seguida tomou a palavra Carlos Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Raimonda para afirmar que o discurso do Senhor Presidente da Câmara foi eloquente mas não falou na delegação de competências que é o que está a ser discutido nem das dificuldades que as freguesias têm para



Handwritten signature: M. Martins
Handwritten signature: Serafim Leal

prosseguir as suas atribuições. *“Não venho pedir esmolas mas a colaboração e solidariedade da Câmara Municipal”*, conclui. -----

----- O Presidente da Junta de Freguesia de Penamaior, **António Carvalho**, tomou a palavra para dizer que o Presidente da Câmara tem que largar o discurso pessimista e constante lamento sobre as dívidas que herdou e começar a fazer obra em prol da população para *“levar o concelho para a frente”*, conclui. -----

----- A deputada **Paula Gonçalves**, usou a palavra para dar nota que esta assembleia foi solicitada por motivos que considera ser de extrema importância para o concelho. -----

----- O deputado **Miguel Martins** para lamentar as atitudes do Senhor Presidente da Câmara e a forma como se expressa. -----

----- A deputada **Paula Gonçalves** tomou novamente a palavra, para questionar o Senhor Presidente da Câmara sobre o porquê de ter realizado uma reunião com os Presidentes de Junta, nas vésperas de uma Assembleia Municipal, para delegar competências. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara para dar nota que já tinha sido muito clara na sua intervenção, pelo que nada mais tem a acrescentar ao que já tinha dito. Terminou afirmando que ouviu atentamente todas as intervenções e que, no local próprio, prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados. -----

----- O deputado **Miguel Martins** diz que lamenta que o Senhor Presidente de Câmara se recuse a discutir democraticamente os assuntos de relevância para o concelho. -----

----- O Presidente da Junta de Freguesia de Meixomil **Serafim Leal**



10 de Maio de 2011

João

interveio para lamentar ter tomado conhecimento do projeto da “rotunda de Sobrão” por terceiros e para esclarecer que cerca de 95% do terreno cedido para execução da mesma foi feito pela firma Móveis Jacinto Bessa & Irmão, Lda, tendo a junta de freguesia, servido de intermediária na cedência feita à Câmara Municipal. Terminou a sua intervenção apelando ao diálogo entre o Senhor Presidente da Câmara e os Presidentes das Juntas de Freguesia.-----

----- O Senhor **Presidente da Câmara** em relação à intervenção do Senhor Presidente de Junta de Meixomil esclareceu que o projeto ora apresentado é um projeto novo, mais económico, e decorreu das negociações da Câmara Municipal com os proprietários. -----

----- A deputada **Paula Gonçalves** apresentou uma declaração de voto. --

----- A proposta apresentada foi colocada a votação tendo sido aprovada, por unanimidade. -----



-----**ENCERRAMENTO DA SESSÃO**-----

----- Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e dela, para constar,
se lavrou a presente ata que vai ser submetida à discussão e votação na
próxima sessão.-----

-----**A MESA**-----

João Luís Alves Gonçalves
Será Manuel da Silva



Proposta de Recomendação à Exma. Câmara Municipal de Paços de Ferreira:

Os Membros da Assembleia Municipal de Paços de Ferreira do Partido Social Democrata que subscreveram a iniciativa de solicitar a convocação de uma Assembleia Extraordinária para discutir o seguinte ponto único da ordem de trabalhos:

Delegação de Competências do Município de Paços de Ferreira nas Freguesias para o desenvolvimento equitativo e harmonioso do concelho,
Vem: Apresentar a seguinte Proposta de Recomendação à Exma. Câmara Municipal de Paços de Ferreira:

Considerando que:

- a) O Partido Social Democrata considera que as Juntas de Freguesia são o órgão de administração local mais próximo das populações e dos cidadãos;
- b) Que as juntas de Freguesia do Concelho de Paços de Ferreira são autarquias bem preparadas para responder, quer aos problemas do dia a dia, quer aos desafios de desenvolvimento das populações, tanto em infra-estruturas como em desenvolvimento social;
- c) O Concelho de Paços de Ferreira tem tradição de boas praticas na execução de competências do Município pelas Juntas de Freguesia, através de delegações de competências e que muito tem contribuído para uma administração equitativa e harmoniosa do território e para a sua coesão;



d) Os Senhores Vereadores do Partido Social Democrata, em 15 de Janeiro de 2014, no âmbito do exercício do direito de oposição, defenderam e propuseram, no âmbito da Administração Autárquica o seguinte:

"A Câmara Municipal deverá apresentar um plano de colaboração com as juntas de freguesia que permita assegurar uma gestão equitativa do território do concelho. Para a concretização desta medida mostra-se necessário estabelecer um cronograma de pagamentos dos compromissos financeiros que a câmara tem para com as juntas";

e) Os Senhores Presidentes de junta, na Assembleia Municipal de 23 de Fevereiro de 2015, subscreveram unanimemente e a uma só voz, uma Declaração de Voto sobre a proposta de "Acordo de Execução de delegação de competências na Junta de Freguesia de Freamunde" em que manifestavam satisfação pela oportunidade dada à Freguesia de Freamunde e alertavam e sensibilizavam o Executivo Camarário para o esforço que as Juntas de Freguesia têm vindo a fazer, substituindo-se à Câmara Municipal, nas actividades da sua exclusiva responsabilidade, sem qualquer transferência de meios, nomeadamente humanos, financeiros e patrimoniais, apelando ainda a que houvesse uma valorização da diferenciação das particularidades de cada freguesia,

Propõe-se que a Exma. Câmara Municipal estabeleça com as Juntas de Freguesia um Plano de Colaboração, dentro do princípio da igualdade e não discriminação, onde sejam elaborados Acordos de Execução que alcancem o seguintes objectivos:

1. A transferência de meios financeiros e patrimoniais necessários e suficientes ao exercício de todas ou algumas das competências previstas nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 132º da lei 75/2013, de 12 de Setembro. Os meios financeiros não devem ser inferiores 50% do FFF de cada Freguesia.



2. A Transferência de meios financeiros que permitam às juntas de Freguesia comparticipar as despesas e encargos com os transportes escolares para as crianças do primeiro ciclo;

3. A Transferência de meios financeiros e necessários à qualificação e beneficiação da rede viária dos territórios de cada freguesia, de acordo com um plano de qualificação viária municipal. Este plano deverá ser realizado no prazo de 3 meses, em articulação com as Juntas de Freguesia, de forma estabelecer um cronograma de prioridades compatível com os recursos financeiros do município e sempre na observância pelos princípios plasmados nos artigos 115º e 121º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro, do qual se destacam: O aumento da eficiência da gestão dos recursos pela juntas de Freguesia e os ganhos de eficiência do exercício das competências.

4. Propõe-se ainda que seja elaborado um cronograma de transferência das verbas que o Município tem em atraso para com as Juntas de Freguesia.

Paços de Ferreira, 15 de Abril de 2016

Pelos Membros do PSD na Assembleia Municipal de Paços de Ferreira

Luis Miguel Santos Martins



*Theresa
Coutinho
José Manuel
Gonçalves Bastos
2016 04 05*

Exmo. Senhor
Dr. José Manuel Gonçalves Bastos
Presidente da Assembleia Municipal
de Paços de Ferreira

Os melhores cumprimentos,

Os membros da Assembleia Municipal eleitos pelo Partido Social Democrata, e abaixo assinados, vêm:

Ao abrigo do disposto no artigo 22º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, solicitar o agendamento de uma ASSEMBLEIA EXTRAORDINARIA, para análise e discussão do seguinte ponto da Ordem de Trabalhos:

Ponto único - Delegação de Competências do Município de Paços de Ferreira nas Freguesias para o desenvolvimento equitativo e harmonioso do concelho.

Os Membros da Assembleia Municipal,

CC/BI

Indamir Oliveira 1785689.

Maria da Conceição Marques Nuno 3815716

João Luís da Silva 7686789

João Luís Ribeiro Gomes da Costa 3459323

Abílio Fernandes do Costa Fernandes 30151385

Manoel Luis Alves Conceição *[Signature]* CC 03863376

[Signature] Luis Miguel de Santos Santos C.C. 10046152

Manoel Carlos Costa Salvando

[Signature]

Carlos Alberto Silva *[Signature]* 7890621

João Carlos da Costa Santa 05927640

Antônio Duarte Lima da Cunha 9313279

[Signature] 07949261

[Signature] 8463451

[Signature] 6824773

[Signature] 5811483

[Signature] 11461879